

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA QUINZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**-----

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA:-----**

- 1. Expediente.**-----
- 2. Ata.**-----
- 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
  - a) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município, para conhecimento;**-----
  - b) Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para 2017;-----  
Derrama para o ano de 2017; -----**
  - c) Participação variável no IRS para 2017 – Fixação de percentagem; -----**
  - d) Regulamento Municipal Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior - Alteração da alínea f) do artigo 6º; -----**
  - e) Ampliação e renovação da Escola Básica nº 3 de Santo André – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----**
  - f) Transferência de verba para a Junta de Freguesia de Ermidas-Sado, para apoio na recuperação do Centro Cultural de Ermidas. -----**
- 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA.** -----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** -----  
Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro das Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

**Não compareceram os membros:** António João Antunes Isidoro, Igor Filipe Almeida Guerreiro e Jaime António Pires de Cáceres. -----

**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins, Paulo Gamito e Francisco de Sousa.-----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu conhecimento de que o Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, Jaime Cáceres, se fazia substituir na presente reunião, pelo seu substituto legal, o Senhor David Gorgulho. -----

**ATO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTIAGO DO CACÉM, SANTA CRUZ E S.BARTOLOMEU DA SERRA, Armando Severino de Almeida.**

Na sequência da renúncia ao mandato do Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, passou a exercer estas funções o Senhor Armando Severino de Almeida que se seguia na lista da CDU, pela qual foram eleitos, em conformidade com o previsto no nº1 do Artigo 79.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, procedeu à verificação da identidade e legitimidade do eleito, o qual passa a integrar a Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto no Artigo 42ª da Lei atrás referida, tendo o mesmo procedido, em seguida, à leitura do termo de aceitação das funções.-----

**INCLUSÃO DO SEGUINTE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA - PONTO 3 – PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL h) Abertura de procedimento concursal – Recrutamento para cargo de direção intermédia de 2º grau – Aprovar a composição do júri.** -----

A Senhora Presidente colocou à aprovação da Assembleia a proposta de inclusão na Ordem do Dia do assunto em referência, a pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a urgência do mesmo, e em conformidade com o previsto no nº 2 do artigo 50º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de novembro.-----

**A proposta foi aprovada, por unanimidade.**-----

**CAMPEONATO EUROPEU DE FUTEBOL 2016 – FRANÇA - VIAGENS OFERECIDAS PELA EMPRESA GALP ENERGIA, SA.**-----

A Senhora Joana Filipe, eleita pelo BE, referiu que se impunha a abordagem deste assunto na Assembleia Municipal, tendo em conta que o mesmo foi tornado público através dos órgãos da Comunicação Social, os quais noticiaram que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines se deslocaram a França, ao Campeonato Europeu de Futebol, a custas da empresa privada Galp Energia, não tendo sido os únicos a aceitar estas viagens, dado que outros eleitos e governantes o fizeram, nomeadamente o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Acrescentou que o seu Partido e o Partido pelo qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal foi eleito tomou posição pública sobre o assunto, condenando esta situação, citando o dirigente Jorge Pires, do Comité Central do PCP “...é uma situação criticável que não devia ter acontecido. Tem que ser o Governo, o Primeiro-ministro e o próprio Secretário de Estado a fazerem essa leitura política e a tirarem as ilações que entenderem.” -----

Mais referiu que gostaria de saber como é que o Senhor Presidente da Câmara se posicionava em relação a este assunto.-----

Interveio Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que era altamente censurável, nos dias que correm, que líderes políticos aceitassem bónus, como tem vindo a acontecer, pondo em causa muitos princípios.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu que esta questão das viagens era uma situação incómoda, nomeadamente para o PCP, o que era compreensível, tendo em conta a posição dos sindicatos afetos à CGTP – Intersindical Nacional sobre situações naquela empresa traduzida na inscrição nos muros da Cidade: “*Amorim rouba os trabalhadores*”. Mais referiu que para além do comunicado, também o líder parlamentar do PCP fez uma crítica violenta sobre a situação relativamente à viagem do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, tendo referido que competia ao Governo tirar as devidas ilações desta situação. Acrescentou que gostaria de saber quais as ilações que a Câmara Municipal tirou deste episódio e que tipo de decisão vai tomar sobre o assunto.-----  
Referiu ainda que tinha em conta o facto de um deputado do seu Partido, o PSD, também ter viajado a convite daquela empresa para assistir a jogos do Mundial de Futebol. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por referir que não se sentia diminuído ou condicionado nas suas funções como Presidente da Câmara Municipal pela situação exposta, acrescentando perceber que, do ponto de vista político e partidário, interessava a algumas forças políticas minimizar a CDU que governa a Câmara Municipal, porque nos três anos do atual mandato não encontraram nada para criticar na gestão da mesma, pretendendo agora aproveitar este episódio para tentar denegrir os partidos que dela fazem parte, o PCP e os Verdes, bem como os seus eleitos. Mais considerou que tentar fazer um paralelismo com a situação do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais era pura demagogia partidária, conhecendo estes métodos utilizados por partidos com organização no Município.-----

Esclareceu ainda que o Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém foi convidado pelo Diretor da Refinaria de Sines para assistir a um jogo de futebol da Seleção Portuguesa, em França, com regresso no mesmo dia, tendo decidido aceitar o convite com base nas relações institucionais existentes entre a Autarquia e aquela empresa, a qual patrocinava o associativismo no Município e iniciativas da Câmara Municipal, havia mais de doze anos, assim como a Câmara Municipal tem convidado o Diretor da GALP para iniciativas suas, pelo que, entendeu o convite como uma situação normal neste âmbito. -----

Acrescentou que a empresa GALP não tem qualquer processo nem interesses no Município para os quais precise do aval da Câmara Municipal, e que tem sido o Município que tem vindo a receber apoio, com verbas destinadas ao Movimento Associativo e iniciativas da Autarquia, através de Protocolo celebrado com aquela empresa, tendo durante o seu mandato colocado ao Diretor da Refinaria a necessidade de existir uma maior equidade relativamente à verba que é atribuída ao Município de Sines, considerando a responsabilidade social daquela empresa para com a população do Município de Santiago do Cacém. Acrescentou que a mesma situação se colocava relativamente à empresa Repsol, dado que, embora aquelas empresas não estejam sediadas no Município é neste que residem grande parte dos seus trabalhadores.-----

Mais informou que o Presidente da Câmara Municipal estará presente nas iniciativas para as quais for convidado por aquelas empresas, no cumprimento das suas obrigações institucionais. -----

Acrescentou que, relativamente à Força Política pela qual foi eleito, a CDU, os membros da Assembleia podiam ficar descansados, porque não existiam problemas internos devido a esta questão. Mais referiu que também não via motivo para o PCP estar incomodado com as inscrições nos muros que foram referidas pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, dado que as mesmas não estavam assinadas, não se sabendo quem as fez.

Referiu ainda que nos onze anos que tem vindo a desempenhar funções no Órgão Executivo, oito anos como Vereador com competências delegadas na área urbanística e três como Presidente, nunca se sentiu condicionado no desempenho das suas funções e nunca ninguém o acusou de nada, acrescentando que não era agora a Senhora Joana Filipa, eleita do BE, há três anos na Assembleia Municipal, que podia por em causa o seu bom nome, considerando que seria melhor que a mesma se preocupasse com a conduta de membros do seu Partido, nomeadamente de quem redigiu o comunicado do BE sobre este assunto, antes de *atirar pedras* ao Presidente da Câmara, devendo também ter atenção aos seus *telhados de vidro*. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, começando por referir que tinha por princípio não fazer considerações de índole pessoal relativas a alguém que não estivesse presente, sem hipótese de se defender, por considerar que não era uma atitude correta e politicamente ética, acrescentando que não sabia a quem eram dirigidas as considerações que foram feitas pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

Relativamente à questão de ter *telhados de vidro*, referiu que sempre tem pautado a sua atuação na esfera pessoal e nos diversos cargos políticos que desempenha pelos padrões de conduta mais elevados que devem ser assumidos por qualquer titular de cargo público, sendo que às vezes o consegue e outras vezes não, considerando que qualquer pessoa presente na sala era passível de se sair mais ou menos bem nesta tarefa. Mais referiu que a sua intervenção não era um ataque pessoal ao Presidente da Câmara Municipal, enquanto detentor de um cargo público, acrescentando que ainda que houvesse apenas um dia que tivesse sido eleita tinha toda a legitimidade e obrigação de colocar questões, considerando irrelevante o facto do Senhor Presidente estar na Câmara há oito ou mais anos, tendo a mesma legitimidade e o dever de responder às questões que lhe são colocadas pelos eleitos na Assembleia Municipal. -----

Sobre a gestão da CDU, lembrou que no ano anterior tinha reconhecido, na Assembleia Municipal, os méritos da mesma, o que não estava em causa. -----

Referiu também que, independentemente de não haver atualmente qualquer dependência da empresa Galp relativamente à Câmara Municipal, era uma situação que não podia ser excluída, em termos futuros. -----

Acrescentou que o que lhe parecia fundamental, do ponto de vista da valorização da política, a qual era cada vez mais menosprezada no País, era que estas situações não se verificassem, dando azo à Comunicação Social para continuar a passar a mensagem tendente a criar a ideia de falta de ética democrática nas instituições, alimentando a descrença no sistema político partidário, o que era muito perigoso para a democracia. --

Mais referiu que à situação em causa se podia aplicar o provérbio “*À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta.*”. Acrescentou que achava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal era sério, mas nas notícias que saíram na Comunicação Social sobre este assunto, não o parecia, sendo este o alerta que deixava. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que não foi só o PSD e o BE que ficaram incomodados com a situação das viagens oferecidas pela GALP, tendo sido evidente o incómodo do PCP no comunicado que emitiu, considerando que todos perceberam o alcance do seu conteúdo, no sentido da necessidade de separação do poder económico do poder político. Acrescentou que folgava saber que desta situação não tenham resultado questões internas na Força Política pelo qual o Senhor Presidente da Câmara foi eleito. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal e a GALP tinham uma relação muito importante que era o ativo humano, os munícipes. -----

Referiu ainda que o que questionava era a oportunidade da viagem, o facto de ter sido aceite e a necessidade do comunicado do PCP. -----

Acrescentou que o assunto estava no Ministério Público, sobre investigação criminal, questionando se o inquérito abrangia a situação do Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém ou era somente relativa ao Secretário de Estado.-----

Interveio o Senhor Hugo Ferreira, começando por referir que percebia a tentativa de o PSD e o BE quererem colar a ida do Senhor Secretário de Estado ao europeu de futebol à viagem do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o objetivo de tirarem algum proveito político da situação, acrescentando que as relações institucionais existentes entre as entidades tinham a ver com os trabalhadores que aquela empresa emprega e a responsabilidade social da mesma, sendo por essa razão que a Câmara Municipal de Sines e a Câmara Municipal de Santiago do Cacém recebem verbas no âmbito dos protocolos que estabeleceram com a mesma. -----

Mais referiu estar convencido de que os eleitos em causa aceitaram as viagens de boa-fé, tendo em conta as relações institucionais existentes, bem como o facto de não se tratar de nada escondido, dado que Comunicação Social acompanhou o evento. -----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que nunca houve qualquer condicionamento nem esteve em causa a independência política da Câmara Municipal nas relações institucionais existentes com a empresa Galp Energia, recordando a questão da interdição pela Câmara Municipal da passagem de viaturas pesadas de transporte de matérias perigosas, medida esta que não era do interesse da empresa Galp Energia, o que não impediu a Câmara Municipal de avançar com a mesma, colocando em primeiro lugar o interesse público. Acrescentou que a situação foi regulamentada pelo Município e foram colocados os sinais de condicionamento do trânsito, mas, infelizmente, o Tribunal ordenou que os mesmos fossem retirados. -----

Relativamente ao inquérito aberto pelo Tribunal de Contas sobre a questão das viagens, referiu que, sendo o mesmo sigiloso, não tinha conhecimento se estava ou não abrangido. -----

### **EDIFÍCIO DOS ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO – VENDA EM HASTA PÚBLICA.**-----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referiu que foi tornado público pela Comunicação Social que a Câmara Municipal tinha deliberado, por unanimidade, efetuar uma hasta pública para venda daquele imóvel, com uma base de licitação de cinquenta mil euros, sendo que, posteriormente, numa reunião na qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal esteve ausente, em férias, a Câmara Municipal deliberou revogar aquela deliberação, também por unanimidade, questionando sobre o que motivou a venda daquele edifício histórico e sobre o valor irrisório de cinquenta mil euros, da base de licitação, para o bem em causa. Mais referiu que lhe causava muito espanto que esta decisão tenha vindo de um Autarca do PCP, o que lamentava, tendo em conta a posição do Partido sobre a venda de património histórico. Acrescentou que a deliberação tinha sido revogada, mas deixou em aberto uma possível venda, aluguer, ou outro tipo de transação do edifício. Pelo que, gostaria de saber quais os planos do Executivo Municipal sobre este assunto. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que gostaria de perceber a motivação para a alienação daquele imóvel, tendo em conta que consta nas Grandes Opções do Plano do ano em curso uma verba de quinhentos mil euros para a sua recuperação, o que não se enquadra na disponibilidade da Câmara Municipal para a sua venda e com uma base de licitação de apenas cinquenta mil euros. -----

Acrescentou que o Movimento de cidadãos que se organizaram para contestarem esta ação continuam empenhados no assunto e pretendem contribuir no sentido de se encontrarem soluções, para que o imóvel não saia da esfera pública. -----

Mais referiu que quando a Câmara Municipal inscreveu a obra no orçamento não existia projeto concreto para aquele edifício, questionando se o Executivo estava a refletir sobre o destino a dar ao imóvel. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não tem sido possível recuperar alguns imóveis municipais devido à falta de condições financeiras para o fazer. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal deliberou colocar à venda aquele edifício centenário, o qual está completamente degradado, cuja cobertura caiu, porque não se vislumbra que possa vir a dispor de meios financeiros para a sua recuperação, cujo valor foi estimado, num mínimo, de quinhentos mil euros. Acrescentou que existe um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para recuperação do edificado, cuja candidatura era de oito milhões de euros, a qual baixou para cerca de seis milhões de euros, sendo que a verba para aquelas obras também baixou para trezentos e cinquenta mil euros. -----

Referiu ainda que as verbas para reabilitação urbana de edifícios não são a fundo perdido, sendo consideradas como empréstimo que terá de ser pago na totalidade, embora com juros baixos. -----

Acrescentou que ainda houve a expectativa de uma solução no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio, o qual devia ter iniciado em dois mil e catorze, mas até agora a Autarquia não recebeu nada. -----

Mais esclareceu que perante as condicionantes referidas, e uma vez que havia interessados, foi decidido avançar para a hasta pública, com regras definidas, nomeadamente a obrigação de recuperação do edifício, num prazo determinado, sobre pena de reversão do mesmo, caso não fossem cumpridas as condições impostas. -----

Acrescentou que no decurso do processo foi levantado um conjunto de interrogações, as quais acompanhou, apesar de estar de férias, tendo a Câmara Municipal optado por revogar a deliberação da venda do imóvel, no sentido de voltar a ponderar sobre o assunto. -----

#### **CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – PARQUE EMPRESARIAL – LOTES DE TERRENO.** -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, informou que teve conhecimento de que o proprietário da empresa Lináguas tinha vindo à Câmara Municipal mostrar o seu interesse num terreno daquele Parque Empresarial, no sentido de expandir o seu negócio, e que lhe foi dito, nos Serviços Municipais, que no mesmo não havia lotes disponíveis, só existindo lotes nos parques empresariais da Cidade de Santiago do Cacém e de Ermidas. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que não tinha conhecimento deste assunto. Mais informou que no Parque Industrial de Santo André não existem lotes infraestruturados e que se está a trabalhar na definição dos mesmos, para construir as infraestruturas, no sentido de serem criadas condições para a sua atribuição. -----

#### **MUNICÍPIO – VIAS RODOVIÁRIAS NACIONAIS – CONCLUSÃO DAS OBRAS – PONTO DE SITUAÇÃO.** -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos questionou sobre o ponto de situação das obras da A26/IP8, tendo em conta que na Sessão anterior da Assembleia Municipal tinha sido dada informação de que os pins seriam retirados durante o verão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, na presente data, tinha contactado, mais uma vez, com o Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e que a informação obtida foi de que aquelas obras continuavam a aguardar o Visto do Tribunal de Contas e que não estava completamente fechado o Acordo com o Concessionário, sendo que, estava tudo preparado para o arranque das mesmas logo que concluídas as negociações, as quais decorriam de forma satisfatória.- Relativamente aos pins, referiu que a informação que tinha era de que Instituto da Mobilidade e dos Transportes não permitia a retirada dos pins por questões de segurança rodoviária.-----

**CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – CENTRO HISTÓRICO – POMBOS E RATOS EM CASAS DEVOLUTAS.**-----

O Senhor João Pereira, eleito do PS, chamou a atenção para a necessidade da Câmara Municipal intervir numa casa devoluta, no Centro Histórico, onde se alojam dezenas de pombos, provocando muita sujidade no espaço envolvente.-----

Mais informou que na mesma zona da Cidade começaram também a surgir ratos, devido ao movimento causado pelas obras que estão em curso em alguns edifícios. Situação de que os residentes se tem queixado e relativamente ao qual considera necessário intervir, dado que se trata de uma questão de saúde pública. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Albano Pereira, com competências delegadas nesta matéria, o qual começou por informar que, recentemente, tinham sido capturados mais de trezentos pombos só numa habitação devoluta.-----

Relativamente ao caso exposto, informou que a Junta de Freguesia tinha ficado de contactar a proprietária do imóvel, no sentido da mesma encerrar as janelas do edifício em causa. -----

Mais referiu que se aguardava a mudança da hora, para se proceder a uma captura geral daquelas aves, as quais para além de sujarem o espaço fazem muito barulho, o que incomoda os residentes nas imediações onde se instalam. -----

Acrescentou que o facto de os munícipes alimentarem os pombos na via pública contribuía para esta situação. -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

**1. Expediente.**-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de junho até ao dia treze de setembro de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

**2. Ata.**-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 04**, da Sessão Ordinária de vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Não votaram os senhores Joaquim Gamito e João Saraiva de Carvalho, eleitos da CDU, Ricardo Rico, Marina Pedro e João Pereira, eleitos do PS, e a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, por não terem estado presentes naquela reunião.-----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

### **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**

#### **--- a) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município, para conhecimento;-----**

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual **deu conhecimento** à Assembleia Municipal do Relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1º semestre de 2016, apresentado pelo Auditor Externo que procede anualmente à revisão legal de contas.\* -- -----

**FUNDAMENTOS:** Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. “-----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo o facto de o Auditor voltar a insistir na questão da falta do Regulamento de Controlo Interno. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, observou que a questão da falta do Regulamento de Controlo Interno continuava a aparecer nas conclusões do documento.

Pelo Senhor José Sucena, eleito da CDU, foi feita a seguinte intervenção: “ANÁLISE AO RELATÓRIO SEMESTRAL, À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2016, DO AUDITOR EXTERNO-----

Do Relatório Semestral, à data de 30 de junho de 2016, elaborado pelo Auditor Externo às contas do Município de Santiago do Cacém, podemos concluir que: -----

1- Mantém a preocupação, até por exigência legal, da necessidade de o Município ter um Regulamento do Sistema de Controlo Interno, embora reconheça que se verifica o cumprimento do dever de informação quer para a Direção-Geral das Autarquias Locais, quer para a Assembleia Municipal. -----

2- Refere que deve ser dada ainda mais atenção, atendendo ao período de crise e às restrições financeiras que ainda assistem provocadas pelo anterior governo PSD/CDS, à preparação de meios que permitam controlar e identificar os riscos de corrupção e infrações conexas.-----

3- Refere, depois, vários trabalhos e análises que já estão a ser feitos e que devem continuar, constatando que a estimativa de receitas e despesas ficará, em 31 de dezembro de 2016, dentro do limite legal dos 85%, o que ocorrerá pela primeira vez; que o equilíbrio orçamental encontra-se cumprido; que o passivo do Município foi reduzido em 1,6 milhões de euros; que a dívida a fornecedores diminuiu cerca de 620 mil euros (e agora digo eu: com reflexos positivos na economia do Concelho); que os custos com Pessoal (1º Semestre de 2016 comparado com 1º Semestre de 2015) baixaram 1,150 milhões de euros (e agora digo de novo eu: Sem haver diminuição da qualidade do serviço prestado, bem pelo contrário); a solvabilidade passou de 122% para 158% e a autonomia financeira de 55% para 61%, no período de 30 de junho de 2016, comparado com 30 de junho de 2015; tudo isto acompanhado da redução de 17 dias no prazo de pagamento a fornecedores que se cifra agora, em média, em 48 dias; concluindo que a situação financeira do Município tem vindo a revelar melhorias significativas face a um passado recente; e conclui afirmando que se devem continuar a efetuar os registos mensais em curso, a desenvolver atempadamente os processos de conciliação de terceiros, bem como a contabilização em 2016 de faturas que, referindo-se a esse período, possam chegar aos serviços em 2017. -----



Face à situação descrita, retirada do Relatório do Auditor, felicita-se o Executivo pelo excelente trabalho desenvolvido e incita-se a que o continue a bem das Populações de Santiago do Cacém e do reforço da confiança que lhes foi dada nas eleições de outubro de 2013.-----

E já agora, perante esta realidade expresso por uma entidade independente, seriam bem vindas as felicitações de todas as bancadas desta Assembleia, embora não deva ignorar, por várias experiências anteriores, o velho adágio que diz: “o pior cego é o que não quer ver”.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que também gostaria que a questão do Regulamento de Controlo Interno já tivesse sido resolvida, acrescentando que não tem sido possível concluir aquele documento, porque a equipa técnica da Divisão de Administração e Finanças precisa de ser reforçada para dar resposta a esta e a todas as outras solicitações, mas não tem sido permitido à Câmara Municipal o recrutamento de mais pessoal. Acrescentou que a recomendação que o Auditor tem vindo a fazer sobre este assunto não significava a inexistência de controlo interno, tal como tem sido referido pelo mesmo, bem como pela *igf – inspeção geral. finanças* nas diferentes auditorias feitas ao Município.-----

--- **b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I), para 2017;** ----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a **taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** a incidir sobre o valor patrimonial tributário, **a vigorar em 2017, para prédios urbanos 0,375%**, nos termos da alínea d) do nº 1 do artº 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro na redação da Lei 83-c/2013, de (Orçamento do Estado para 2014), e o disposto na alínea ccc) do nº 1 do artº 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

No âmbito da apresentação da proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a realidade financeira da Autarquia permitia uma diminuição daquela taxa, dando assim, com a presente proposta, cumprimento ao compromisso assumido, no ano anterior, de redução da mesma, para todos os municípios, caso houvesse condições para o fazer. Acrescentou que o valor proposto se situava a meio dos parâmetros definidos por lei.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, lembrando que já tinha pedido, em várias ocasiões, que a taxa do IMI fosse diminuída, considerando que esta descida era bem-vinda, pelo que iria votar a favor. Acrescentou que era pena que só tivesse havido esta disponibilidade para o ano de eleições autárquicas.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que também saudava esta medida e que o PSD sempre defendeu a descida da taxa do IMI, nomeadamente no Distrito de Setúbal, onde as taxas daquele imposto eram as mais elevadas do País. Acrescentou que esta redução ia ajudar as famílias, em geral, mas considerava que também era importante a redução para famílias numerosas, através do IMI-familiar, medida que já foi adotada por dois terços dos municípios do País.-----

Mais referiu que era importante e salutar perceber a evolução financeira do Município e que, independentemente do mérito da gestão da Câmara Municipal, os instrumentos legais que resultaram de medidas do anterior governo, nomeadamente a Lei dos Compromissos, contribuíram para um maior equilíbrio nas contas das autarquias, embora tenham sido bastante criticadas, aquando da sua aplicação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existia uma grande diferença entre o PSD e a CDU nesta matéria, acrescentando que o PSD no Município defendia a redução de impostos, mas enquanto foi governo sempre os aumentou, retirou verbas às autarquias e quando saiu do governo o endividamento do País tinha aumentando, enquanto a Câmara Municipal de Santiago do Cacém conseguiu reduzir a dívida, em mais de quarenta por cento, sem aumentar os impostos e agora estava a reduzir a taxa do IMI, porque criou as condições para o fazer. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que gostaria que alguém explicasse como é que um país que estava na bancarrota, com uma dívida de setenta e oito mil milhões de euros, podia reduzir a sua dívida, ainda que, no ano anterior, e pela primeira vez nos últimos doze anos, a dívida tenha descido, estando agora novamente a aumentar, enquanto o investimento público e o investimento privado estão parados e o consumo não cresce como o atual Governo projetou. Acrescentou que, se esta situação resultasse de uma prática política do anterior Governo, já teriam sido apresentadas muitas moções na Assembleia Municipal contra tal situação. -----

Mais referiu que apesar do elevado valor da dívida pública e dos respetivos juros que o anterior governo teve de pagar, nomeadamente ao FMI e ao Banco Central Europeu, ainda conseguiu um crescimento económico do País, de um e meio por cento, quando agora, o crescimento provável será de um por cento, ou menos. Acrescentou que o governo anterior conseguiu também baixar o IRC, o que contribuiu para que houvesse mais investimento e o conseqüente incremento da economia. -----

Interveio o Senhor José Sucena, referindo que, conforme constava no Relatório do Auditor Externo, a situação financeira da Câmara Municipal era melhor que nos anos anteriores, sendo esta a razão objetiva para agora poder reduzir a taxa do IMI. -----

Relativamente a questões de política nacional, informou que o último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), refere que as despesas de educação suportadas pelas famílias portuguesas aumentaram trinta e três por cento, desde dois mil e oito a dois mil três, sendo que mais de metade deste aumento foi no ano de dois mil e treze, ano em que os portugueses foram chamados a pagar os custos do dinheiro que o governo foi pedir para salvar a banca. -----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, saudando a Câmara Municipal pela redução do IMI, para dois mil e dezassete, acrescentando que o Executivo Municipal não trabalhava só no final do mandato, não guardando para o ano das eleições a realização de obra, trabalhando bem todos os dias, considerando que esta era a realidade, a qual só não era vista por quem andava cego ou não queria ver. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro das Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Gorgulho,

Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Virgílio de Matos Gonçalves e Armando Severino de Almeida, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----  
Seis abstenções, sendo quatro de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, e duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----  
Verificaram-se as ausências temporárias de dois eleitos do PS, senhores Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

-----  
--- **c) Derrama/ano de 2017;** -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artº 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a **Derrama de 1,5%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município, **a cobrar no ano de 2017.** -----  
**Dois** – Isenções para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros no ano anterior. -----

**FUNDAMENTOS:** Nos termos da alínea b) do nº 14 e do nº 1 e 2 do artigo 18 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e da alínea ccc) do nº 1 do artº 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro das Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Gorgulho, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Virgílio de Matos Gonçalves e Armando Severino de Almeida, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----  
Seis abstenções, sendo quatro de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, e duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----  
Verificaram-se as ausências temporárias de dois eleitos do PS, senhores Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

-----  
--- **d) Participação Variável no IRS – Fixação da Percentagem;** -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte“**PROPOSTA: Um** – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a **taxa de 5%** para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município, **a vigorar no ano de 2017.** -----  
**FUNDAMENTOS:** De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 26 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25 e na alínea ccc) do nº 1 do artigo

33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro das Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Gorgulho, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Virgílio de Matos Gonçalves e Armando Severino de Almeida. -----  
Oito abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira e Nelson José Bento Raposo, duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----  
Verificou-se a ausência temporária da Senhora Vera Lúcia da Costa Violante, eleita do PS.-----

---e) **Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior – alteração da alínea f) do artigo 6º;**-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um:** Submeter à Assembleia Municipal a **alteração da redação da alínea f) do artigo 6º do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior**, passando a redigir-se “**O candidato apresentar a sua situação tributária e contributiva regularizada**”; -----  
**Dois:** a aplicação desta alteração a todas as candidaturas referentes ao concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo para o ano letivo 2016/2017. -----  
**FUNDAMENTOS: Um** – Parecer da Comissão de Seleção e Acompanhamento das Bolsas de Estudo; -----  
**Dois** – Tratar-se de uma exigibilidade que melhor cumpre os princípios de proporcionalidade, adequação e justiça e mais favorável ao candidato; -----  
**Três** – Recomendação nº 09/B/2013 do Senhor Provedor da Justiça; -----  
**Quatro** – alínea g) do número 1 do artigo 25º e alínea k) do número 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----  
Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que estava de acordo com a alteração proposta e que a mesma ia no sentido das reivindicações do movimento estudantil que datavam do seu tempo de estudante.-----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

--- f) **Ampliação e renovação da Escola Básica nº 3 de Santo André – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;**-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:**

Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais resultantes do contrato que vier a ser celebrado no âmbito da empreitada para a “Ampliação e Renovação da Escola Básica n.º 3 (EB1/JI)”, com o encargo estimado de 650.000,00€, sendo a estimativa de repartição de encargos para 2016 de 69.000,00 € e 2017 de 581.000,00 €, valores a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. -----

**FUNDAMENTOS: 1-** Prevê-se a execução da obra em 2016 e 2017 e encontra-se prevista em PPI de acordo com objetivo 2.1.1.2.3. e projeto n.º 2015/021 – Escola EBI n.º 3 - Bairro do Pinhal. -----

**2-** Alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente.”

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

-----  
**--- g) Transferência de verba para a Junta de Freguesia de Ermidas-Sado, para apoio na recuperação do Centro Cultural de Ermidas;**-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação da transferência de verba para a Junta de Freguesia de Ermidas-Sado, no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), para apoio à recuperação e remodelação do Centro Cultural de Ermidas. -----

**FUNDAMENTOS DE FACTO: UM:** A Junta de Freguesia de Ermidas-Sado apresentou uma candidatura ao Proder, Sub-Programa 3 – Dinamização das Zonas Rurais, para adaptação, ampliação, remodelação e recuperação de instalações destinadas a equipamento cultural. A candidatura em referência foi aprovada pela ADL em 30.04.2012. -----

**DOIS:** Para além da obra financiada a Junta de Freguesia teve a necessidade de realizar trabalhos de remodelação do bar e adquirir sistema de som, tela e projetor para a sala do Centro Cultural. -----

**TRÊS:** A Câmara Municipal considera importante a reabilitação deste espaço que permitiu que à população da Freguesia de Ermidas disponha de um espaço de cultura e lazer. -----

**FUNDAMENTOS DE DIREITO: UM:** Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DOIS:** As freguesias dispõem de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto, ação social e ambiente, nos termos das alíneas d) f) e h) do n.º 2 do artigo 7.º do citado regime. “

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que a obra tinha sido concluída no ano anterior e que tinham decorrido quatro anos entre a data de solicitação da Junta de Freguesia, no anterior mandato, e a concretização do apoio. -----

Acrescentou que iria votar a favor e que este era um exemplo da colaboração da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia de Ermidas. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, questionou sobre o valor total da obra. ----

O Senhor Carlos Parreira, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas, informou que o valor total da obra era de trinta e quatro mil euros. -----

Mais referiu que esta obra permitiu a criação de um espaço cultural importante para a população daquela Freguesia. Acrescentou que o processo foi iniciado no mandato

anterior, mas não tinha havido coragem para avançar com uma obra para a qual a Junta de Freguesia não dispunha de verba suficiente.-----

O Senhor João Pereira, eleito do PS, referiu que era interessante a percentagem da comparticipação da Câmara Municipal naquela obra, acrescentando que, certamente, o Executivo Municipal teria também atenção a outras situações futuras que sejam merecedoras de apoio.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

-----  
**--- h) Abertura de procedimento concursal – Recrutamento para cargo de direção intermédia de 2º grau – Aprovar a composição do júri**.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA**: Submeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta de composição do júri de recrutamento, para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo:-----

**Presidente:** Ana Luísa Sobral Godinho dos Santos Guerreiro, Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.-----

**Vogais:** Anabela da Conceição Candeias Duarte Cardoso, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Robertina Maria Calado Pereira Pinela, Chefe da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde.-----

**FUNDAMENTOS: De facto:** Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados por procedimento concursal que se rege pelas disposições dos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigos 20.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro.-----

É da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a designação do júri de recrutamento, que é composto por um presidente e dois vogais.

**De direito:** De acordo com o disposto no artigo 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.”-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

-----  
**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de junho e julho de 2016.\*-----

\* documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado, pelos membros da Mesa.”-----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e três horas e dez minutos. -----  
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_